

**ATA DA SEXAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e vinte e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos senhores deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Cumprimento a todos em nosso retorno para o segundo semestre, imprensa, nossa equipe técnica, servidores, colegas deputados, deputadas. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Para aqueles que estão aprovados nas convenções: que Deus ilumine seus passos, que cada um possa fazer o seu trabalho da melhor maneira possível. Com a palavra, o segundo-secretário, para a leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, bom dia, senhores deputados, deputadas, público presente, bom dia àqueles que nos acompanham pela Rádio e TV Alems. "*Ata da Sexagésima Segunda Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos senhores deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Setenta e Dois da Sexagésima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 380, 382 a 386, 388 a 395, 397 a 401 e 413/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, João César Mattogrosso, Antonio Vaz, Zeca do PT, Caravina, Lidio Lopes, Gleice Jane, Lia Nogueira e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Mara Caseiro, Pedrossian Neto e Coronel David. GRANDE EXPEDIENTE – Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei 77/2026, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 52/2026, de autoria do deputado Zé Teixeira. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 80/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Denis Cleiber Miyashiro Castilho; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Gerson Claro, endereçada aos familiares de Alcides Jesus Peralta Bernal; requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada aos familiares de Rudney Fernando Ribeiro Quinhonez; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Paulina Miranda Campos, José Guimarães Rocha, Delano Huber, José Ortiz, Janir José Maggioni, Sonia Aparecida Andrade Silva, Leandro Rondora, Antônio Carlos de Matos, Adolfo Fazecas Mariano, Noli Mário Rubin Aléssio, Maria Lúcia Bianchi*"

*Cervi e Heron Mascarenhas Bittencourt; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada à professora Cristiane Benevides Pinto Komiyama Ferreira, docente do Senac Hub Academy/MS, extensiva aos alunos envolvidos e à equipe do Senac/MS, pelo reconhecimento nacional obtido no Prêmio Atena, com a conquista do 1º lugar nacional, no Núcleo Norte/Centro-Oeste, do Programa Nacional de Reconhecimento de Boas Práticas Docentes com o uso de Tecnologias Digitais 2025, por meio do projeto 'Acessibilidade nas Vendas: a Tecnologia e a Inteligência Artificial Apoiando a Inclusão'; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada à delegada de Polícia Civil de Classe Especial Ana Cláudia Oliveira Marques Medina, em reconhecimento à sua brilhante trajetória profissional e aos relevantes serviços prestados à segurança pública do Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao ilustríssimo senhor José Alves de Oliveira, carinhosamente conhecido como Zé Tombado; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada à presidente do Hospital Municipal José Valdir Antunes de Oliveira, Luciane Zacarias Martins, extensiva às coordenações, direções, chefias e a todos os profissionais do Hospital Municipal, bem como à Secretaria Municipal de Saúde de São Gabriel do Oeste, pelo trabalho de excelência realizado durante o atendimento à ocorrência com múltiplas vítimas registrada no dia 1º de julho de 2026; requerimento de moção de protesto, de autoria da deputada Gleice Jane, diante da denúncia de violência sexual praticada contra paciente internada na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (HRMS), em Campo Grande; requerimento de autoria do deputado Professor Rinaldo, solicitando a aprovação e a expedição de Diploma de Ilustre Visitante ao senhor Paulo Sérgio Niemeyer Makhohl; requerimentos de informações de autoria dos deputados João Henrique, Gleice Jane, Junior Mochi, Zé Teixeira e Lia Nogueira; indicações de autoria dos deputados Lia Nogueira, Junior Mochi, Jamilson Name, Gleice Jane, Antonio Vaz, Zé Teixeira, Professor Rinaldo e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quinze de julho do ano de dois mil e vinte e seis." Foi lida a ata, senhor presidente.*

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, para a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PL) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores deputados e a todos os presentes à Sessão. Expediente da Sessão Ordinária do dia 04 de agosto de 2026: Ofício nº 310/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, encaminhando projeto de lei que “altera os Anexos II e VI da Lei Estadual nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, para criar cargos de assessor jurídico adjunto e de assessor TI júnior e ampliar o quantitativo de cargos de provimento efetivo e em comissão do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 133/2026, da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul, encaminhando os relatórios dos Convênios, Termo de Fomento, Colaboração e Termos Aditivos registrados/efetivados pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, referentes aos meses de janeiro a junho 2026, devidamente efetivados nos sistemas Siafem e Siafic/Transfere MS; Ofício nº 613/2026, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Créditos de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União (Prot. nº 2186/2026); Ofício nº 2.678/2026, do

Ministério dos Transportes, respondendo à indicação do deputado Lidio Lopes (Prot. nº 1985/2026); Ofício nº 13/2026, do Detran de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 1973/2026); Ofícios nºs 232, 286, 434 a 438, 475 a 477, 491 e 494/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações e requerimentos dos deputados Lia Nogueira, Renato Câmara, Zé Teixeira, João Henrique, Roberto Hashioka, Antonio Vaz, Jamilson Name, Gleice Jane e Pedro Kemp (Prot. nºs 1703, 1625, 1559, 1548, 1478/2026); Ofício nº 232/2026, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima (Prot. nº 1349/2026); Ofício nº 176/2026, da Prefeitura Municipal de Corguinho, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 1672/2026); Ofícios nºs 78 a 84/2026, da Motiva Pantanal, encaminhando esclarecimentos acerca do Termo Aditivo de Modernização do Contrato de Concessão da BR-163/MS nº 006/2025 – Edital nº 005/2013; Cartas nºs 714, 715 e 724/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Renato Câmara, Lia Nogueira e Zé Teixeira (Prot. nºs 1317, 1392, 1615/2026); E-mail de Auren Energia S.A. respondendo à indicação da deputada Gleice Jane.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João Henrique... Não está presente. Com a palavra, o deputado João César Matto Grosso.

**DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, público presente e a quem nos acompanha pela TV Alems. Indicação. Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao diretor-presidente da Agetran, senhor Ciro Vieira Ferreira, solicitando a instalação de um quebra-molas na rua Álvares de Azevedo, entre os números 349 e 443, em razão do intenso fluxo de pedestres no trecho. Registro também uma moção de pesar, endereçada aos familiares e amigos da senhora Afif Elossais Domingos, nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul manifesta seu mais profundo pesar pelo falecimento da senhora Afif Elossais Domingos, ocorrido no dia 31 de julho do corrente ano, registrando sua solidariedade aos familiares e amigos neste momento de dor e despedida. Nascida em El Arab, no Líbano, no dia 6 de dezembro de 1940, Afif chegou ao Brasil no ano de 1959, acompanhada de seus pais, que escolheram Campo Grande como a terra para reconstruir suas vida, trazendo consigo apenas a esperança, a coragem e a determinação características daqueles que deixam a sua pátria e partem em busca de um futuro melhor. Ao lado do esposo, Kalil José Domingos, construiu uma família sólida, pautada no amor, na união e no respeito, consagrando sua vida ao cuidado dos seus cinco filhos, Nádia, Youssef, Márcia, Ricardo e Jacqueline, constituindo exemplo permanente de dedicação, generosidade e força. Com trabalho incansável, superou desafios, fez inúmeros sacrifícios e transformou o cuidado com a família em sua maior missão de vida. Diante dessa irreparável perda, esta Casa de Leis presta sua homenagem à memória de Afif Alossais Domingos, rogando a Deus que conforte o coração dos familiares e amigos, concedendo-lhes força e serenidade nesse momento de dor. Senhor presidente, a finada Afif Elossais, que era mãe do ex-deputado estadual desta Casa Youssef Assis Domingos, faleceu

no sábado, deixando atrás de si a bonita trajetória que a gente acaba de ler aqui. Era isso. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu apresento uma indicação que endereço ao senhor secretário de Estado de Educação, Hélio Daher, solicitando providências para que se proceda à correção da informação referente à função executada pelos professores convocados junto ao eSocial, uma vez que consta a designação de "gestores" onde deveria constar "professores", razão esta que impossibilita os professores com contratos temporários de obter a Carteira Nacional de Docente do Brasil. Eu estive visitando algumas escolas, senhor presidente, e os professores convocados têm reclamado que não conseguem emitir a CNDB, por conta desse erro no cadastro, onde consta *gestores* em vez de *professores*. É importante, portanto, que a secretaria faça essa alteração, para que esses professores convocados tenham também o direito de adquirir a sua Carteira Nacional de Docente — documento que foi criado com o propósito de facilitar o acesso a vantagens já garantidas aos professores, como descontos em eventos culturais e outros benefícios exclusivos do programa Mais Professores para o Brasil. Apresento também uma moção de congratulação, ao reverendíssimo Dom Vitório Pavanello, arcebispo emérito da Arquidiocese de Campo Grande, pela celebração do Jubileu de Diamante de seu Presbiterato, em razão dos seus 60 anos de ordenação sacerdotal, marco de uma trajetória de fé, dedicação e serviço à Igreja e à sociedade. Dom Vitório Pavanello construiu uma história marcada pelo compromisso com a evangelização, a promoção da dignidade humana e a defesa dos valores cristãos. Ao longo de décadas de ministério sacerdotal e episcopal, exerceu relevante papel na formação espiritual de milhares de fiéis, contribuindo significativamente para o fortalecimento da Igreja Católica em Mato Grosso do Sul, especialmente à frente da Arquidiocese de Campo Grande. Sua atuação sempre foi pautada pela simplicidade, pelo diálogo, pela promoção da justiça social e pela atenção aos mais vulneráveis, deixando um legado de esperança, fraternidade e compromisso com o bem comum, que inspira gerações de sacerdotes, religiosos e leigos. Assim, esta Casa de Leis manifesta seu reconhecimento e gratidão pelos relevantes serviços prestados por Dom Vitório Pavanello à Igreja e à sociedade sul-mato grossense.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** ( PL) — Pela ordem, deputado.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Pois não, deputado Paulo Corrêa.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** ( PL) — Deputado, dada a importância de Dom Vitório para a Igreja Católica, para a sociedade sul-mato-grossense, com a permissão de Vossa Excelência, peço que essa moção saia em nome da Casa. Veja, por exemplo, que já em 1990, quando eu era secretário de Habitação, Dom Vitório participava da entrega de casas. Trinta e seis anos atrás! E sessenta anos de sacerdócio. É isso, acho que deveríamos fazer pela Casa.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Com certeza.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Acordado então: pedimos à assessoria que tome as providências para que a moção saia em nome da Casa.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Obrigado. Por último, senhor presidente, eu quero apresentar uma moção de congratulação que endereço à escritora Marilene Kovalski, em reconhecimento ao lançamento da obra *Cibae Ekureudo - Arte e Psicanálise: Caminho e Cura*, realizado no dia 20 de julho em Campo Grande. Trata-se de valiosa contribuição para o diálogo entre a arte, a psicanálise e a construção da subjetividade humana, apresentando uma reflexão sensível sobre o poder transformador da expressão artística como instrumento de cuidado, acolhimento e elaboração das experiências de vida. Ao reunir a trajetória da artista Cibae Ekureudo com uma profunda análise sobre os caminhos da psicanálise, a autora oferece uma obra que transcende o universo acadêmico, alcançando profissionais da saúde, da educação, das artes e todos aqueles que acreditam na cultura como elemento essencial para a promoção da dignidade humana, da saúde mental e do desenvolvimento social... Era o que tinha, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos)** — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Atendendo a um pedido do vereador Professor Márcio, do Republicanos, faço uma indicação ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópias ao secretário estadual de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Márcio Franco, solicitando que seja feita uma parceria com o Município de Iguatemi para a reforma e a revitalização do estádio municipal Adão Mendes. Esse estádio desempenha papel fundamental no incentivo à prática esportiva, na promoção do lazer, na realização de competições e no fortalecimento da integração comunitária. Não obstante, sua estrutura atual necessita de melhorias e adequações de modo a oferecer mais segurança, conforto, acessibilidade e melhores condições de uso aos seus frequentadores. Nesse sentido, é de extrema importância que o poder público, além de promover os investimentos necessários para a revitalização do local, ouça a população (atletas, moradores, representantes esportivos e usuários do espaço), a fim de identificar as principais demandas e necessidades da comunidade; a participação popular, estamos certos, contribuirá para que as intervenções sejam mais eficazes, atendendo às reais expectativas dos usuários e garantindo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos. Indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópias ao secretário da Seilog e ao superintendente regional do Dnit, senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando a implantação de iluminação pública na rotatória localizada no município de Sonora, situada na BR-163, importante entroncamento que liga a cidade de Coxim ao Estado de Mato Grosso, considerando o intenso fluxo de veículos na região. Essa proposta foi encaminhada ao nosso gabinete pelo senhor Júlio César, o qual afirma que a rotatória em questão desempenha

papel fundamental na organização do tráfego local e na conexão com os municípios vizinhos, como Coxim; e que, entretanto, a ausência de iluminação pública adequada no local tem gerado grande preocupação, principalmente para a população de Sonora, que depende diretamente dessa via para deslocamentos cotidianos, acesso a serviços e atividades econômicas. A falta de visibilidade ali no período noturno, acrescenta, aumenta consideravelmente os riscos de acidentes, colocando em perigo motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres, o que compromete a segurança de moradores, de todos enfim que transitam pela região, impactando negativamente a mobilidade urbana e a qualidade de vida da população local. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, antes de tudo, quero dar as boas-vindas aos colegas, aos servidores; cumprimento também aqueles que nos prestigiam com a sua presença, imprensa e quem nos acompanha pela TV Alems e pelas redes sociais. Faço uso do Pequeno Expediente e o tema é um só. Primeiro registro um requerimento a ser enviado ao senhor Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio, diretor-geral da ANTT, solicitando informações detalhadas acerca do reajuste da tarifa de pedágio da BR-163, autorizada em favor da concessionária Motiva Pantanal, que alcança o percentual acumulado de cerca de 40,53%, com início de vigência no dia 5 de agosto de 2026. A presente proposição requer esclarecimentos pormenorizados sobre os seguintes pontos referentes ao referido reajuste tarifário: a) os fundamentos técnicos, econômicos e jurídicos que embasaram o deferimento do reajuste; b) a composição do reajuste acumulado de cerca de 40,53%, com a discriminação dos índices considerados e da metodologia de cálculo adotada para sua definição; c) os impactos econômicos e sociais estimados para os usuários da rodovia e para o setor de transportes; d) as contrapartidas previstas a serem entregues pela concessionária em decorrência do aumento aprovado; e) o eventual cronograma atualizado de investimentos, obras e melhorias vinculados a este reajuste tarifário específico... Também, senhor presidente, registro outro pedido de informações, este a ser enviado ao senhor Nelson Soares Neto, diretor-presidente da Motiva Pantanal, empresa responsável pela concessão da BR-163 Rota Pantanal, para que apresente trimestralmente a esta Casa de Leis, como já acordado, relatório técnico contendo as seguintes informações e documentos: 1) relatório trimestral detalhando os serviços, obras e intervenções efetivamente executados no período, especificando os trechos atendidos, o tipo de obra ou serviço realizado, a extensão da intervenção, o estágio de execução e os resultados alcançados; 2) demonstrativo do cumprimento do cronograma de obras e serviços previsto para o respectivo trimestre, indicando as etapas concluídas, aquelas que se encontram em andamento e as que eventualmente não tenham sido executadas, com a apresentação das respectivas justificativas; e 3) programação das obras, serviços e intervenções previstos para o trimestre subsequente, contendo o cronograma detalhado, trechos prioritários, previsão de início e conclusão de cada etapa e demais informações necessárias ao acompanhamento da execução da concessão. Os relatórios deverão ser encaminhados à Comissão Temporária de Representação para Acompanhamento da Concessão da BR-163 Rota Pantanal, ao término de cada trimestre, permitindo o acompanhamento contínuo das obrigações

assumidas pela concessionária... Por último, vai uma indicação ao senhor Gil Marcio Franco, diretor-presidente interino da Agesul, solicitando a disponibilização e a designação de corpo técnico especializado para prestar apoio à Comissão Temporária de Representação para Acompanhamento da Concessão da BR-163 Rota Pantanal, especialmente durante as atividades de fiscalização e acompanhamento das obras realizadas na rodovia. Solicita-se que a equipe seja composta preferencialmente por engenheiros com experiência em infraestrutura rodoviária, pavimentação, conservação e segurança viária, além de técnicos e demais profissionais especializados que possam contribuir para a análise das obras e dos serviços executados pela concessionária. A equipe técnica designada deverá, em conjunto com a comissão temporária: 1) acompanhar as visitas técnicas, inspeções e diligências realizadas nos trechos da BR-163 que estejam recebendo obras, serviços de recuperação, conservação, manutenção, duplicação ou outras intervenções; 2) auxiliar na análise dos projetos, cronogramas, relatórios técnicos, medições e demais documentos apresentados pela concessionária responsável pela administração da rodovia; 3) avaliar tecnicamente a qualidade, adequação e o estágio de execução das obras e serviços realizados, considerando as normas de engenharia, segurança viária e infraestrutura rodoviárias aplicadas; 4) identificar eventuais inconformidades, atrasos, deficiências construtivas ou situações que possam comprometer a qualidade das intervenções e a segurança dos usuários; 5) elaborar relatórios, pareceres ou notas técnicas sobre as inspeções realizadas, apresentando à comissão as constatações, conclusões e recomendações necessárias; e 6) participar, quando solicitada, de reuniões, audiências públicas e demais atividades promovidas pela comissão relacionadas ao acompanhamento da concessão e das obras da BR-163. São portanto uma indicação e dois requerimentos, senhor presidente. Nós entramos em acordo ontem relativamente a esse reajuste de 40,53%, lembrando que a Motiva Pantanal assumiu a concessão em decorrência da aprovação da repactuação do contrato anterior. O fato é que durante um período extenso nós ficamos sem qualquer tipo de ação ou intervenção na rodovia, e mesmo assim os valores foram cobrados e arrecadados do contribuinte. Mas ora, a meu ver, um aumento expressivo desses só seria tecnicamente justificável se houvesse a contraprestação de serviço pela concessionária. Durante esse período a rodovia ficou sem nenhum tipo de intervenção, nenhum tipo de obra nova que pudesse justificar aumento tão significativo, essa cumulatividade dos percentuais. Por isso estamos requerendo à Agência Nacional de Transportes Terrestres que informe a esta Casa, a esta comissão, primeiro, os motivos detalhados do porquê desse percentual aplicado ao reajuste da tarifa; e, segundo, que a Motiva Pantanal preste contas à comissão; e, último ponto, que nos disponibilize uma equipe técnica para nos auxiliar. Porque a concessionária vem, apresenta o relatório, e nós não temos (exceto o deputado Hashioka, que tem formação na área) formação técnica para aferir se aquilo é real, se aquilo realmente é o que deveria ter sido feito. O fato é que têm ocorrido diversos acidentes nessa rodovia, são várias mortes acontecendo, é sinalização precária do siga-e-pare, são desastres, em função das obras em curso. De forma que precisamos dispor de critérios objetivos de segurança viária que possam ser aferidos tecnicamente, para que se dê um basta nessa quantidade de acidentes que têm ocorrido na nossa rodovia, nesse período de execução de obras. É só, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSDB) — Bom dia, presidente, senhores deputados, deputadas, demais presentes. Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, senhor André de Moura Brandão, com cópia para a senhora prefeita Adriane Barbosa Nogueira Lopes, solicitando os serviços de patrolamento e encascalhamento para as ruas Hélio Martins, Francisca Gonçalves Figueiredo e João Selingardi, do bairro Parque do Lageado (justificativa anexa).

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (União Brasil) — Bom dia, presidente, demais colegas, senhoras e senhores que prestigiam a nossa Sessão. Registro uma moção de pesar endereçada aos familiares da Cristina de Matos Oliveira (irmã do Paulo Matos), pelo seu falecimento, ocorrido ontem aqui em Campo Grande. A cirurgiã-dentista Cristina de Matos Oliveira perdeu a batalha para o câncer, doença que infelizmente tem se alastrado pelo estado e parece que pelo país — uma coisa é certa: eu nunca vi tantas pessoas com esse diagnóstico como agora. A minha própria mãe está fazendo tratamento, fez uma cirurgia duas semanas atrás... Mas eu acredito que o médico dos médicos é aquele que tem contados na palma da mão quantos dias cabe a cada um de nós. Solidarizo-me então com o Paulo Matos, com toda a família, neste momento de dor e saudade, pedindo a Deus que lhes dê força e resiliência para seguir em frente. Era o que tinha, senhor presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Bom dia, presidente, demais colegas, público que nos assiste. Recomeçamos os trabalhos já com uma movimentação na Casa, do pessoal que passou no concurso da Polícia Civil e que ainda não foi nomeado. É importante que sejam nomeados imediatamente, porque a Polícia Civil precisa de mais gente. Eu tenho conversado com a categoria e a tônica é uma só: o quanto que a falta de servidores tem interferido na qualidade do trabalho. Então, para que a população sul-mato-grossense seja bem-atendida, nós precisamos que esses aprovados sejam nomeados imediatamente. Parabéns aos manifestantes! Sigam nessa luta e contem conosco. O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul precisa responder por que está demorando para nomear, que já passou do tempo... Mas falando em prazo, eu venho falar exatamente sobre isso. Estou apresentando um requerimento de informações sobre o FIC [Fundo de Investimentos Culturais de Mato Grosso do Sul], pedido que já foi objeto de pedido de vista, por duas vezes, pela base do Governo; e o que eu questiono é justamente quando é que o Governo do Estado vai pagar as pessoas que passaram no processo seletivo do FIC, recurso exclusivo para a cultura e para cujo acesso já se fez todo o processo seletivo. O processo seletivo está

encerrado desde o fim do ano passado, nós já estamos em agosto e até agora nada. Esse requerimento está para votação hoje, espero que a gente consiga votá-lo, porque senão, se os pedidos de vista persistem, eu vou começar a me interrogar sobre o destino que o Governo está dando para esse recurso da cultura. Ele é específico para a cultura, não pode ir para outro lugar, o dinheiro está na conta, então por que ainda não foi repassado?!... Assim a gente começa a ter dúvida quanto à lisura da coisa: não chama os concursados, não abre concurso onde precisa, não paga a cultura, e tendo já o dinheiro no fundo. A gente precisa de respostas do governador do estado, queremos saber o que está acontecendo com esse dinheiro. Porque cultura também é investimento, é movimentação econômica, é uma forma inclusive de garantir que esse recurso fique aqui. A proposta do governador de ficar concedendo isenção fiscal às grandes empresas deu muito ruim, afinal a estimativa de arrecadação para o próximo ano está bem acanhada, será bem menor que nos anos anteriores. Ou seja, invista em cultura, invista no povo de Mato Grosso do Sul, invista em concurso público, invista no trabalhador daqui de Mato Grosso do Sul, que a gente vai ter dinheiro ficando aqui no estado. Portanto, essas políticas precisam ser executadas imediatamente. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, público presente. Quero cumprimentar os meninos e meninas que passaram no concurso da Polícia Civil e que estão aguardando a nomeação. Essa demora, claro, nos consterna, mas a gente tem de entender também as condições do Estado... Nós fizemos uma reunião com os aprovados, todas as etapas já foram superadas; enfim, esperamos que a boa notícia não tarde. Como disse aqui a deputada Gleice, a Polícia Civil precisa aumentar os seus quadros. Eu tenho aqui alguns números: são 447 aprovados aptos. Essa luta não é inglória, a gente espera que vocês logo possam ter boas notícias, esperamos que o nosso Governo reveja essa decisão de não nomear este ano. Então, gente, continuem na luta; eu sei que é difícil, há aprovados que são inclusive de outros estados; sei de pessoas que deixaram o emprego para poder fazer o concurso. Enfim, esperamos que o Governo reveja essa decisão. Senhor presidente, eu tenho dois projetos a registrar. Antes, porém, eu pediria ao deputado Rinaldo para assinar a sua moção de pesar endereçada aos familiares da Tina Matos. Eu a conhecia, mulher alegre, feliz, que infelizmente tombou vítima dessa terrível doença. Meus sentimentos à família.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (União Brasil) — Com certeza, deputada Mara, ainda mais que Vossa Excelência é também uma profissional da Odontologia...

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PL) — Era minha colega de profissão. Senhor presidente, eu tenho também um projeto de lei. Institui o 'Setembro Dourado', mês dedicado à mobilização da sociedade para a conscientização sobre o câncer infantojuvenil, e o inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º - Fica instituído,

no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o 'Setembro Dourado', mês dedicado à mobilização da sociedade para a conscientização sobre o câncer infantojuvenil, a ser realizado, anualmente, durante o mês de setembro. Artigo 2º - O 'Setembro Dourado' passa a integrar o Anexo do Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010. Justificativa. O Setembro Dourado é uma campanha de alcance mundial voltada à conscientização sobre o câncer infantojuvenil. A cor dourada foi escolhida por simbolizar o bem mais precioso da sociedade: as crianças, representando sua força, coragem, esperança e resiliência diante da luta contra o câncer. A campanha tem como principal objetivo sensibilizar a população acerca da importância do diagnóstico precoce, da identificação dos sinais e sintomas da doença, do acesso ao tratamento adequado e do fortalecimento das redes de apoio às crianças, adolescentes e suas famílias. Aproveito para lembrar que agosto é também o mês em que trabalhamos a prevenção contra a violência doméstica, a violência contra as mulheres; nesse sentido, apresento o projeto de lei que "institui diretrizes para a implementação da política estadual 'Tornozeleira Rosa', destinada à identificação visual diferenciada dos dispositivos visual de monitoramento eletrônico utilizados por agressores de mulheres submetidos a medidas protetivas de urgência ou medidas cautelares, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Artigo 1º - Ficam instituídas, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, as diretrizes da política estadual 'Tornozeleira Rosa', destinada a orientar a implementação, pelo Poder Executivo, de identificação visual diferenciada nos dispositivos de monitoramento eletrônico utilizados por pessoas submetidas a medidas protetivas de urgência ou medidas cautelares em decorrência da prática de violência contra a mulher, observadas a legislação federal e as decisões judiciais aplicáveis. Artigo 2º - A identificação visual diferenciada de que trata esta Lei tem por objetivos: I - fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher; II - contribuir para o aprimoramento das ações de monitoramento eletrônico de agressores; III - facilitar, quando tecnicamente viável, a atuação dos órgãos de segurança pública no acompanhamento do cumprimento das medidas judiciais; IV - ampliar a proteção às mulheres em situação de violência e às pessoas integrantes de sua rede de proteção; V - reforçar as ações de prevenção e enfrentamento à reincidência da violência contra a mulher (...)". Também registro uma indicação, a ser enviada ao nosso governador Eduardo Riedel, ao secretário de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente interino da Agesul, senhor Gil Márcio Franco, solicitando o acompanhamento e a realização de avaliação técnica da execução das obras de recapeamento asfáltico da MS-295, nos trechos compreendidos entre os municípios de Eldorado e Iguatemi e Iguatemi e Amambai, a fim de assegurar que os serviços sejam executados em conformidade com o projeto, as especificações técnicas e os padrões de qualidade exigidos. Eu conversei com o secretário Guilherme Alcântara, ele já foi para a região, inclusive estava ontem lá, tanto na obra da 295 quanto na da MS-180: o secretário está fazendo essa avaliação *in loco*... Eu tinha feito também uma moção de pesar aos familiares da Tina Matos, mas assino a do deputado Rinaldo. Era isso. Obrigada, senhor presidente.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Só um minutinho, deputado. Registramos e agradecemos a presença da senhora Graziela Schuts, vereadora do município de Aral Moreira; da Eliete Oliveira, presidente da Associação de Fibromialgia de Mato Grosso do Sul; do Eli José Rodrigues, vereador de Naviraí; e do Antônio Francisco Zuza, vereador Itaquiraí. Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Agradecendo a gentileza de Vossa Excelência, queria fazer duas observações. Primeiro que manifesto aqui a mesma preocupação da deputada Mara quanto à questão da Polícia Civil. Nós temos de ser honestos com os concursados da Polícia Civil que estão aqui em cima no plenário: o problema deles não reside aqui, o problema deles está na Governadoria, deputada Mara! E o Governo não vai atender?!... Vamos ser honestos: não vai atender porque não tem dinheiro para atender... E há quem fique falando que se Deus quiser vai atender... Não vai! Sabe por quê? porque o Governo não tem dinheiro nem para o cafezinho. O que eles têm de fazer, presidente, é acampar lá na frente da Governadoria. Se acamparem lá, constrangerem o Riedel e sua patota, com certeza eles podem conseguir a nomeação deles, que é legítima, justa e que precisa ser feita. Em segundo lugar, queria cumprimentar a Polícia Civil de Brasília. Eu publiquei aqui no "Zap" o seguinte: a Polícia Civil de Brasília deflagrou hoje uma operação para desmontar um grupo que pretendia, no dia das eleições, fazer atentado terrorista. Vejam o que significa a pregação de ódio, de banditismo daquele que hoje está preso! Isso é consequência daquela política feita pelo tal do Bolsonaro. A Polícia Civil de Brasília está de parabéns, porque conseguiu desmontar essa barbaridade que poderia acontecer, interrompendo a vida de inocentes provavelmente. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do Brendo Caique Barbosa, vereador do município de Naviraí. Com a palavra o deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CAMARA** (Republicanos) — Senhor presidente, nobres colegas, público presente, ao longo do recesso parlamentar tive a oportunidade de percorrer várias regiões. No Vale do Ivinhema pude constatar (com um levantamento fotográfico inclusive) o estado em que se encontra a MS-274, no trecho compreendido entre o município de Angélica e o distrito de Ipezal. Fiz o mesmo na rodovia MS-141, no trecho que liga Ivinhema a Naviraí, e na MS-475, no trecho que liga os municípios de Novo Horizonte do Sul e Ivinhema. A constatação é que urge uma intervenção nesses trechos, presidente. O que se observa é muito carro no acostamento com pneu furado, muita gente reclamando do estado da pista. De forma que faço oficialmente uma indicação, que ora registro. A indicação é para que o governador coloque como prioridade esse socorro às rodovias estaduais. No momento são várias frentes de obras, em vários cantos do estado, mas eu peço aqui ao governador, sei que ele é sensível a esse tema, que ele eleja como prioridade o Vale do Ivinhema. Era o que eu tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado

Caravina: dois projetos de lei (Prot. nºs 2165/2026, 2164/2026). De autoria do deputado Coronel David: dois projetos de lei (Prot. nºs 02164/2026, 2165/2026). De autoria do deputada Gleice Jane: uma indicação (Prot. nº 2159/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 2184/2026, 2176/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 2154/2026). De autoria do deputado Hashioka: um requerimento (Prot. nº 2195/2026). De autoria do deputado João Cesar Mattogrosso: uma indicação (Prot. nº 02157/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 2156/2026, 2155/2026); um projeto de lei (Prot. nº 2158/2026). De autoria da deputada João Henrique: três projetos de lei (Prot. nºs 02160/2026, 02161/2026, 2163/2026). De autoria do deputado Junior Mochi: um indicação (Prot. nº 02166/2026). De autoria do deputado Lia Nogueira: dez indicações (Prot. nºs 02168/2026, 02169/2026, 02170/2026, 02171/2026, 2172/2026, 2173/2026, 2175/2026, 2179/2026, 2180/2026, 2181/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 2174/2026). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 02183/2026). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 02194/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 2192/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 02193/2026, 2191/2026). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um projeto de resolução (Prot. nº 2185/2026). De autoria do deputado Professor Rinaldo: dois projetos de resolução (Prot. nºs 02199/2026, 02198/2026). De autoria do deputado do Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 02189/2026, 2188/2026, 02187/2026).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — sem revisão — Senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença em nosso plenário da Associação Fibrovida, pessoas que vivem com fibromialgia e querem dar visibilidade ao seu problema. Lembrando que a fibromialgia é uma doença invisível, você olha para a pessoa acometida por essa doença e não percebe a dor que ela está sentindo; então é importante que a sociedade se conscientize da existência desse problema. Eu já tive a oportunidade de participar de audiência pública inclusive sobre o canabidiol, remédio que tem beneficiado muitas pessoas com fibromialgia. Agora, essas pessoas querem que a lei seja cumprida: quem tem fibromialgia deve ser considerado pessoa com deficiência, para que tenha os benefícios dessa lei. Com esse reconhecimento, a Prefeitura de Campo Grande vai poder expedir para essas pessoas a carteirinha, para que elas possam ter acesso aos seus direitos. Como está hoje a situação, como que essa pessoa vai se identificar, como que ela vai provar que tem essa comorbidade?... Então é importante que a Prefeitura de Campo Grande faça a expedição da carteirinha para as pessoas que têm fibromialgia. A outra questão importante é que essas pessoas precisam do atendimento com reumatologista na rede pública! Muitas delas ficam sem esse atendimento médico porque não há tal especialidade na rede pública, e essas pessoas ficam sem acesso a consulta, a tratamento, aos medicamentos de que precisam. Precisamos então dar atenção para essas reivindicações; se a doença não é visível, as pessoas são e precisam ser respeitadas. Eu já apresentei aqui um projeto de lei que, a exemplo do que já acontece com as mulheres grávidas, com as pessoas com deficiência, dá prioridade a quem tem fibromialgia nas filas de supermercado, de banco, etc. Só que agora, como disse, elas precisam do reconhecimento oficial para que possam ter acesso ao tratamento correlato na rede pública, com reumatologista e com os medicamentos que

possam aliviar-lhes o sofrimento. Então, presidente, gostaria que fosse registrada em ata a presença da Associação Fibrovida.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado, deputado. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Eu faço um alerta aos senhores: se se multiplicarem os pedidos *pela ordem*, vou começar a denegar, porque a rigor trata-se de manifestações incompatíveis com esse tipo de fala. Se for para discutir regimento, alguma questão técnica, rubrica, tudo bem, se não, que se use o Grande Expediente. Esta já é a terceira manifestação que não é *pela ordem*... Pois não, deputada Mara.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PL) — É só para fazer um registro. Hoje, além dos investigadores, escrivães, estão aqui presentes também os agentes socioeducativos, que também aguardam essa nomeação. Apenas isso. Obrigado pela presença e continuem na luta.

**DEPUTADO HASHIOKA** (Republicanos) — Presidente, pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

**DEPUTADO HASHIOKA** (Republicanos) — Senhor presidente, caros deputados, deputadas, primeiramente quero cumprimentá-los no início do último semestre deste mandato. Eu queria só comunicar que daqui a pouco, às onze horas, estaremos recebendo uma delegação lá da província de Okinawa; são doze deputados provinciais, liderados pelo senhor Kyoki Nakagawa, presidente da assembleia daquela província. Estão todos convidados, será ali na sala da presidência. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Inclusive, se pudermos dar uma acelerada na Sessão, eu agradeço, para que tenhamos tempo de dar uma atenção especial a essa importante visita. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (União Brasil) — sem revisão do orador — Meus cumprimentos, presidente, demais colegas, senhoras e senhores que prestigiam a nossa Sessão, senhoras e senhores que buscam os seus direitos, a nossa solidariedade. Meus cumprimentos também aos agentes socioeducativos da Polícia Civil, das Uneis [Unidades Educacionais de Internação], aqui reivindicando a posse do concurso, muitos vindo até de outros estados. Fiquem certos os senhores da nossa solidariedade, até porque o concurso já foi homologado, e eu espero que o Governo do Estado, dentro daquilo que é

legal, proceda a essa tomada de posse o mais rápido possível. Esperamos, enfim, que logo, logo cada um dos senhores e das senhoras possam estar dando a sua contribuição para ajudar a combater a violência em nosso estado. Quero agradecer também ao Francisco, presidente do Sinpof [Sindicato dos Peritos Oficiais Forenses de Mato Grosso do Sul], do Paulo, que prestigiam a nossa Sessão, que têm feito um trabalho brilhante na identificação de crimes no estado. Mas, senhor presidente, eu faço uso da palavra hoje, porque ontem representei esta Casa na abertura do seminário "Lei Maria da Penha: vinte anos", que teve lugar no Insted, aqui em Campo Grande, com a presença do colegiado gestor da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande. O referido seminário comemorou a Lei nº 11.340/2006, um dos maiores marcos quando se fala em proteção aos direitos das mulheres no Brasil. O encontro, senhor presidente, demais colegas, reunindo diversos representantes do poder público (do Judiciário, da Defensoria Pública, de universidades, de instituições da rede de proteção), teve por objetivo discutir os avanços conquistados nas últimas duas décadas e os desafios que ainda persistem no enfrentamento à violência doméstica e ao feminicídio. Sancionada em 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha transformou a forma como o Estado brasileiro vinha até então enfrentando a violência doméstica e familiar contra a mulher. Entre seus principais avanços estão a criação das medidas protetivas de urgência, o fortalecimento da responsabilização dos agressores, a ampliação da rede de atendimento às vítimas, a integração entre Justiça, Segurança Pública, Saúde e Assistência Social, e o reconhecimento da violência doméstica como violação dos direitos humanos. Ao longo desses vinte anos, a legislação recebeu aperfeiçoamentos para ampliar a proteção às mulheres e fortalecer a atuação da rede de atendimento. Campo Grande foi uma das primeiras cidades brasileiras a receber uma Casa da Mulher Brasileira, tornando-se referência nacional na integração dos serviços de atendimento. Num mesmo espaço funcionam Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Ministério Público, Defensoria Pública, Judiciário, atendimento Psicossocial, assistência social e acolhimento humanizado, modelo que reduz o tempo de atendimento e evita que a vítima tenha de percorrer diversos órgãos para buscar proteção. Não obstante, mesmo após duas décadas de vigência da Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher continua sendo um dos principais desafios sociais do país, sendo que em Mato Grosso do Sul não é diferente. Especialistas apontam como prioridade o fortalecimento da rede de proteção, a efetividade das medidas protetivas, a prevenção por meio da educação, o combate ao feminicídio, a integração entre Estados, Municípios e sociedade civil e uma mudança cultural para romper esse ciclo de violência. Os números demonstram que, mesmo após duas décadas de Maria da Penha, infelizmente a violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul continua sendo um dos nossos maiores desafios. De 1º de janeiro a 1º de agosto do corrente ano, nada menos que 12.245 mulheres foram vítimas de violência doméstica em nosso estado: uma média de 57,5 vítimas por dia, ou uma mulher vítima de violência a cada vinte e cinco minutos. No mesmo período de 2025, foram registrados 12.608 episódios de violência. Embora tenha havido uma pequena redução (2,9%), os índices permanecem elevados. Neste ano, deputado Vaz, dezoito mulheres perderam a vida em nosso estado, dezoito feminicídios registrados até 1º de agosto de 2026! — no mesmo período, em 2025, haviam sido registrados vinte e um casos. Ou seja, percebemos uma redução, mas mesmo assim os números continuam altos... E mesmo que fosse apenas uma mulher a perder a vida, isto já seria motivo para estarmos indignados com

essa situação, de modo que não nos resta outra alternativa senão unir-nos num só propósito, que é o de defender a mulher em todas essas circunstâncias. De janeiro a agosto deste ano, foram 11.623 pedidos de medida protetiva de urgência; 10.806 medidas concedidas pelo Poder Judiciário; 1.211 prorrogações de medidas protetivas; e 1.985 registros de cumprimento das medidas protetivas. Em todo o Brasil, 1.568 mulheres perderam a vida, segundo dados da Segurança Pública nacional: uma média de quatro mulheres assassinadas por dia, o maior número da série histórica. Em Mato Grosso do Sul, em 2025, foram 39 feminicídios registrados, numa taxa de 2,6 feminicídios por 100 mil mulheres, representando um crescimento de 10,5% em relação a 2024. De forma que Mato Grosso do Sul permanece entre os estados que apresentam as maiores taxas de feminicídio do país. Em 2026, segundo dados parciais do monitor do Tribunal de Justiça e da Sejusp, foram até agora 12.245 mulheres vítimas de violência doméstica, numa média, como disse, de 57,5 vítimas por dia. A atuação não só minha, mas de vários deputados e deputadas, nesta Casa de Leis, em prol desta causa é uma prova inequívoca de que todos aqui assumimos o compromisso de defender a mulher sul-mato-grossense. Eu, por exemplo, instituí o Dia Estadual de Mobilização pelo Fim da Violência contra a Mulher, oficializando em Mato Grosso do Sul a campanha internacional de dezesseis dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, conforme a Lei 4.784/2015, legislação que incentiva campanhas educativas, ações de conscientização e o debate permanente sobre o enfrentamento da violência doméstica. A Lei nº 5.202/2018, também de nossa autoria, instituiu o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio e a Semana Estadual de Combate ao Feminicídio. Por último, gostaria de falar da Lei 5.539, de 13 de junho de 2020, também de nossa autoria, que teve o apoio unânime desta Casa, que incluiu como tema transversal na rede pública de ensino de Mato Grosso do Sul noções básicas da Lei Maria da Penha, prevendo campanhas educativas, palestras, debates e a mobilização da sociedade para a prevenção da violência contra a mulher. Pois ontem estava presente no dito evento a secretária nacional, estiveram presentes desembargadoras, promotoras de justiça, defensoras públicas, representantes da Casa da Mulher Brasileira, presentes também a universidade federal, o Insted — todos falaram de um tema importante que faz jus à lembrança dessa lei, falaram que não adianta haver penas mais duras, o que precisa é trabalho em conjunto. Pois é isso mesmo que o Governo do Estado, com muita propriedade, tem feito... Daí talvez a razão, deputado Gerson, desses números expressivos, que nos assustam: é que não existe a chamada subnotificação. A Sala Lilás, por exemplo, fruto de uma ideia nossa, numa construção conjunta com a Luciana Azambuja, foi a primeira da história de Mato Grosso do Sul, instalada ali no IML, aqui em Campo Grande (fruto de uma emenda parlamentar nossa). Para nossa alegria, hoje em Mato Grosso do Sul nós já estamos inseridos em sessenta e nove municípios, que já contém uma Sala Lilás com infraestrutura necessária para dar o apoio no momento de maior vulnerabilidade e dor, não somente física, mas psíquica, para essa mulher ter um ambiente acolhedor. Isso é uma referência no nosso país. Em 2017, como eu disse, foi o primeiro espaço criado para oferecer atendimento humanizado às mulheres, crianças e adolescentes, vítimas de violência, garantindo mais acolhimento, privacidade e dignidade durante os procedimentos periciais. A iniciativa tornou-se referência no nosso estado e impulsionou a expansão de Sala Lilás para diversas regiões — como eu disse, em sessenta e nove

municípios, dos setenta e nove que nós temos. A atuação nossa nesta Casa, ao enfrentamento a violência...

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL)** - Deputado, permite-me um aparte?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO MODESTO (União Brasil)** - Pois não, deputado Zé Teixeira. Alegria em poder ouvi-lo!

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL)** - Uma das coisas que nós mais debatemos aqui nesta Casa durante esses quatro anos — e não é debatido só aqui na Assembleia Legislativa, mas também é debatido no Congresso e no Brasil todo. Ontem eu assisti a uma entrevista do secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, na CBN, e eu fiquei pasmo de ouvir tudo o que ele disse a respeito do feminicídio, inclusive a separação de um casal. Ela estava com medida protetiva, e ela foi à delegacia, retirou a medida protetiva e foi para casa, e o marido a matou. Então, são questões de família. Acontece o feminicídio, — fala do secretário de Segurança Pública de São Paulo tratando desse assunto que é muito importante — e às vezes nem os familiares, por falta de estrutura, acolhem os filhos de quem partiu, que normalmente é a mãe. O pai não vai cuidar dos filhos. Às vezes uma pessoa adota, aí ele vai para um desconhecido, porque nem a família às vezes acolhe seus sobrinhos. Então, isso é uma coisa que o Senado parece que está tratando — ou é o Supremo Tribunal Federal — sobre aumentar a pena da Lei Maria da Penha. Eu acho que tinha que ser uma coisa diferenciada. Se tem bens, confisca tudo. O pai passa o nome da pessoa que vai cuidar dos filhos, porque, se não tiver uma penalização efetivamente, para que a pessoa tenha medo... Parece que no Brasil o feminicídio virou uma coisa cultural. É tanto que, todo santo dia que você liga a televisão, acaba vendo. Eu fiquei pasmo, e eu estou contando um exemplo do que eu ouvi ontem do secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, que é um dos bons secretários do país. Ele estava contando essas histórias para os repórteres. Se você puder, já que você está usando a palavra para falar de uma coisa muito importante e preocupante, veja se consegue assistir essa entrevista, porque você vai ter muito subsídio. É cada absurdo que acontece que a gente fica até pasmo. Parece que nem Deus existe mais no coração de determinadas pessoas que cometem esse tipo de crime, que é o feminicídio, porque alguém vem de longe, nem conhece a pessoa, criam uma nova família, e acontece isso de um tirar a vida do outro. Então, quero parabenizar Vossa Excelência e me somar a um tema tão importante. Mas é preciso, realmente, que o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal arrumem uma forma de as pessoas temerem cometer esse tipo de crime, que é uma coisa que enche todos nós de tristeza. Parabéns pela sua fala.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO MODESTO (União Brasil)** - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e o insiro no meu pronunciamento. Essa lei já foi aprovada na Câmara: o aumento da pena, sem a progressão, sem a sua respectiva progressão, até porque muitas pessoas, por terem bons antecedentes, nas saidinhas acabaram, infelizmente, cometendo um outro feminicídio. Inclusive, essa lei, de autoria da Rose Modesto, quando foi deputada federal, foi aprovada na Câmara e está travada lá no

Senado. E a gente torce muito para que isso aconteça, que a pena seja aumentada e que não tenha essa liberdade da saída. Ao mesmo tempo, quero dizer o seguinte: existe, sim, como disse o deputado Zé Teixeira, uma questão cultural. Essa é uma realidade. Às vezes a mulher, sem perceber, inconscientemente, acaba colocando o garoto como se estivesse acima da menina. Por isso que, quando eu apresentei uma lei inserindo como tema transversal na série curricular do ensino de Mato Grosso do Sul, é justamente para que esse tema não seja discutido apenas no dia 8 de março, que os professores venham, cada vez mais precocemente, trabalhar com as crianças, porque é na escola que começa o primeiro contato, a primeira namoradinha, a primeira paquera; geralmente é na escola. Então, esse garoto tem que crescer aprendendo o princípio do amor ao próximo, da tolerância e, acima de tudo, da respeitabilidade. Porque, quando ele crescer, tem que entender que existe uma lei, essa chamada Lei Maria da Penha, que completa, agora, no dia 7, vinte anos, motivo desse seminário que começou ontem. Eu fico imaginando: se não tivessem essas medidas protetivas, o que seria? Quantas mulheres, deputado Pedro Kemp, já não teriam perdido as suas vidas? Só este ano, mais de doze mil casos de violência doméstica. Então, eu não tenho dúvida de que a Lei Maria da Penha tem ajudado, e muito. É preciso que nós estejamos cada vez mais unidos numa só corrente, fortalecendo essas políticas públicas em defesa da mulher do nosso estado. Celebrar os vinte anos da Lei Maria da Penha é reconhecer uma das maiores conquistas das mulheres brasileiras, mas também renovar o nosso compromisso de enfrentar uma realidade que ainda preocupa toda a sociedade. Tenho orgulho de, ao longo da nossa trajetória, contribuir com essa pauta por meio de ações concretas. Criamos leis, como eu já disse: o Dia de Mobilização pelo Fim da Violência, a Semana de Combate ao Feminicídio, fortalecendo a conscientização e a prevenção, também a lei que inseriu esse tema na grade curricular, para permitir a formação dos nossos alunos. Também tivemos a honra de contribuir para a primeira Sala Lilás da história do nosso estado, hoje já presente em sessenta e nove municípios. Hoje esse modelo se expandiu e tem sido uma referência no Centro-Oeste e em todo o território brasileiro. Não basta apenas punir o agressor. Precisamos fortalecer a educação, conscientizar a sociedade, ampliar a rede de proteção e garantir que toda mulher tenha acesso à justiça, ao acolhimento e à segurança. A violência contra a mulher não é um problema apenas da Segurança Pública, é uma responsabilidade de toda a sociedade. Os vinte anos da Lei Maria da Penha representam uma conquista histórica. Nosso desafio agora é continuar fortalecendo a prevenção, ampliar a rede de proteção e garantir que nenhuma mulher enfrente a violência sozinha. Esse compromisso, senhor presidente e demais colegas, deve ser não somente desta Casa, mas de todo o poder público e da sociedade civil organizada. É o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, gostaria de registrar a presença do vereador Edson Baratela, conhecido como "Professor Pontinha", da minha querida cidade de Caarapó.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Cumprimentamos também a Evelin, presidente do nosso sindicato dos servidores. Bem-vinda ao segundo semestre e às sessões da nossa Casa. Cumprimentamos também o Murilo Matos, vereador de Naviraí; e o vereador, já citado pelo deputado Pedro Kemp, Edson Baratela. Bem-vindos. Pela ordem, o deputado Junior.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Apenas para registrar a presença hoje na Casa dos agentes socioeducativos que passaram no concurso e que estão aguardando ansiosos serem chamados. Eles gostariam de falar, mas, como temos aí o prazo regimental de quarenta e oito horas, então que eles façam o requerimento para a Casa; e aí, dentro do prazo regimental, a Casa por certo lhes franqueará esse espaço para que eles façam as suas reivindicações. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário que faça a verificação de quórum.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois senhores deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº 081/2026. Autor: deputado Junior Mochi. "Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento Rural da Colônia Taquari, com sede no município de Coxim." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 081/2026, de autoria do deputado Junior Mochi.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO HASHIOKA** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PP) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PL) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PL) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO MODESTO** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PL) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** — São vinte votos favoráveis, nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2, retirado de pauta a pedido. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 082/2026. Autora: deputada Mara Caseiro. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul o Dia Estadual do Movimento Mães que Oram pelos Filhos." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Apenas para agradecer aos colegas a votação favorável, a aprovação do Projeto de Lei nº 081/2026, de minha autoria, que declara a utilidade pública da Associação de Desenvolvimento Rural da Colônia Taquari, que faz um extraordinário trabalho em favor dos pequenos produtores da Colônia Taquari, em Coxim. Então, agradeço aos senhores deputados pela votação unânime, essa declaração facilita à instituição o acesso a recursos para o desenvolvimento das suas obrigações.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 082/2026, de autoria da deputada Mara Caseiro.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO HASHIOKA** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PP) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PL) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PL) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO MODESTO** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PL) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis, nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em discussão única e votação simbólica: 03 requerimentos, 19 indicações e 06 moções de congratulação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Proposta pela deputada Mara Caseiro, em razão do falecimento da senhora Ana Rosa Garcia. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor José Arruda de Farias. Proposta pela deputada Gleice Jane, em razão do falecimento do professor Fábio Souza. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao



Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Mais uma vez convido os senhores deputados para a recepção dos deputados de Okinawa, que ocorrerá na sala de reuniões da presidência. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputada Mara Caseiro. Ausente. Deputado João Henrique. Transferida. Deputado Zé Teixeira. Transferida. Deputada Gleice Jane. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos e nem mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão (10h56min).